

**Ministério das Relações Exteriores  
Instituto Rio Branco  
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**

**Em 05 de junho de 1999**

**Prova de Noções de Direito**

Examinadores:  
Paulo Gustavo Gonet Branco.  
Marcio Pereira Pinto Gracia

**Extensão máxima por questão: 20 linhas.**

**Valor de cada questão: 20 pontos.**

1) O país Arcádia é um Estado Federal e é parte de certo tratado regional em vigor, que limita a emissão de gases poluentes. Arcádia, porém, nunca conseguiu cumprir os compromissos assumidos. Para justificar sua falta, argumenta que o tema da limitação dos poluentes, na sua ordem constitucional interna, é entregue à competência de seus Estados-membros e que a União, entidade competente para celebrar tratados internacionais, nada pode fazer, constitucionalmente, para que se implemente a política determinada no pacto. Com essa justificativa, Arcádia pretende eximir-se de toda responsabilidade internacional pelo descumprimento da convenção de que é parte. Avalie, juridicamente, a argumentação de Arcádia.

2) Remota obteve, recentemente, sua independência. Na hora atual, os representantes do povo remotiano estão empenhados na redação da Constituição. Uma alta autoridade local pede a você que prepare minuta de artigo da futura Carta Magna, em que se defina, entre outros, o relacionamento hierárquico do direito interno com o direito internacional. Redija sua proposta do dispositivo e justifique-a.

3) Em 1995, Tito, à época cidadão italiano, cometeu crime de roubo na Alemanha. Em 1996, veio para o Brasil e aqui chegou a receber a nacionalidade brasileira, em 1998. Em março último, o Brasil recebeu pedido de extradição de Tito, formulado pela Alemanha. Examine, do ponto de vista das limitações à extradição relacionadas com a nacionalidade do extraditado, se existe obstáculo intransponível para a concessão da extradição requerida.

4) Escreva sobre a importância, se houver, das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas no processo de criação/evolução da norma costumeira no direito internacional

5) Considerando o disposto no art. 5º, § 2º, da Constituição Brasileira de 1988 (“Os direitos e garantias expressas nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”), analise a possibilidade de se conceder estatuto constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.